



RAPS

NOTA TÉCNICA

PL SOBRE A RETIRADA
DO MATO GROSSO
DA AMAZÔNIA LEGAL

PL 337/2022



Sumário

Contexto	3
----------	---

O que você precisa saber	4
--------------------------	---

Argumentos	5
------------	---

● Contrários	5
--------------------	---

● Favoráveis	5
--------------------	---

Impactos Econômicos	7
---------------------	---

Recomendações Rap	8
-------------------	---

Referências consultadas	9
-------------------------	---



Contexto

O **PL 337/2022** propõe a **retirada do Estado do Mato Grosso da Amazônia Legal**, região definida pela Lei Complementar 124/2007. A proposta tem o objetivo de expandir as áreas de produção agropecuária, ampliando a fronteira agrícola. De acordo com o PL, a retirada do Mato Grosso seria estratégica para o aumento da produção agrícola no país. De autoria do deputado Juarez Costa (MDB/MT), a relatoria do PL ficará a cargo do Deputado Neri Geller (PP/MT). Geller já foi relator, na Câmara dos Deputados, do PL que muda as regras do licenciamento ambiental no país (PL 3729/2004).

A matéria foi distribuída para as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e Constituição e Justiça e de Cidadania e, no momento, está para apreciação pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O PL se soma a outras propostas que flexibilizam medidas de preservação ambiental e direitos das comunidades tradicionais de decidirem sobre o destino de suas terras.



O que você precisa saber

A instituição política e normativa da Amazônia Legal adveio de um discurso **DESENVOLVIMENTISTA**

A proteção garantida legalmente para essa área não impediu taxas recordes de desmatamento nos últimos anos e nem o crescimento do garimpo ilegal. O aumento da taxa de desmatamento, no ano de 2021, foi 22% maior do que em 2020. A tendência é o **CRESCIMENTO DO DESMATAMENTO** na região

O “Manifesto da Terra”, documento contrário ao PL 337/2022, foi assinado por **DIVERSAS ORGANIZAÇÕES** da sociedade civil, políticos, pesquisadores, institutos de pesquisas e entidades de proteção socioambiental. Até mesmo o vice-presidente, Hamilton Mourão, pronunciou-se contrariamente ao PL, por já existirem muitas áreas a serem exploradas



A Amazônia Legal foi instituída com o objetivo de definir a delimitação geográfica da região política de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM com a finalidade de promover o desenvolvimento **INCLUDENTE E SUSTENTÁVEL** de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional

A retirada do Mato Grosso da Amazônia Legal significa a supressão de **16,9 MILHÕES** de hectares de vegetação nativa e **3,3 MILHÕES** de hectares que deixariam de ser restaurados

De acordo com o Código Florestal, propriedades no bioma amazônico, pela Reserva Legal, devem manter 80% da vegetação original conservada. Se o PL for aprovado, este percentual de preservação obrigatório no Mato Grosso **CAIRÁ PARA 20%**

FAZEM PARTE DA AMAZÔNIA LEGAL, além do Mato Grosso, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Maranhão



Argumentos



CONTRÁRIOS

FAVORÁVEIS



- O PL, se aprovado, tende a trazer impactos negativos para apoiadores e financiadores internacionais, que entendem a importância da preservação do bioma brasileiro na contenção do agravamento climático e hídrico mundial.
- Se o PL for aprovado, o percentual de preservação obrigatório no Mato Grosso será reduzido de 80% para 20% da Reserva Legal.
- A redução do percentual da vegetação original conservada terá um efeito “bumerangue” que prejudicará o agronegócio, dado o agravamento dos efeitos de savanização em áreas de floresta e outras modificações na vegetação do próprio Cerrado.
- O estado do Mato Grosso perderia os subsídios e benefícios destinados aos estados que fazem parte da Amazônia Legal, intensificando a desigualdade social e econômica.

- A manutenção da Reserva Legal em Mato Grosso traz prejuízos aos produtores rurais.
- O PL permitiria o aumento da área produtiva nacional, evitaria o desmatamento e a abertura de novas áreas que são pouco produtivas.
- A aprovação do PL além de aumentar a produção de alimentos para o mundo também ampliaria a geração de empregos, renda e desenvolvimento para o Mato Grosso.
- O aumento da demanda nacional e internacional por alimentos requer a expansão da produção agrícola para áreas de proteção ambiental,



- O texto do PL visa apenas o momento presente, o crescimento econômico rápido, sem se atentar para os riscos de médio e longo prazo para o bioma amazônico e mundial. Isto afetará a própria produção do agronegócio, no território mato-grossense, que se beneficia da vegetação para produzir grãos e carne no país.
- A população não se beneficia do que é produzido pelo agronegócio, prova disto é que o Mato Grosso está em primeiro lugar no país quando se trata de insegurança alimentar e nutricional. Ou seja, nesta região, o agronegócio não traz desenvolvimento e nem riquezas para o próprio estado.
- Caso o PL seja aprovado, as metas climáticas, em especial as vinculadas à redução do desmatamento, que foram assumidas pelos governos federal e estadual, não serão atingidas.
- Se o Mato Grosso for excluído dos limites da Amazônia Legal projeta-se o desmatamento de 10 milhões de hectares, área que equivale ao território dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santos.
- A saída do Mato Grosso da Amazônia Legal contraria a agenda Ambiental, Social e de Governança (ASG), adotada pelo BNDES, que firmou compromissos na COP26 com o lançamento do programa “Floresta Viva”, com projeção de investimentos de até R\$ 500 milhões para os próximos sete anos.
- Com a aprovação do PL abre-se a possibilidade de outros estados também saírem da Amazônia Legal, reduzindo seu alcance apenas ao estado do Amazonas.

- sendo a região do Mato Grosso estratégica por alta produção agrícola que possibilita a colheita de duas ou até três safras por ano.
- A legislação brasileira é obsoleta, cria amarras e impede o crescimento do país. A aprovação do PL destravaria a produção no Mato Grosso.
- O Mato Grosso tem aproximadamente 11 milhões de hectares de déficit de reserva legal. A recuperação ou a compensação destes hectares geraria um custo financeiro elevado e injustificável.
- A escassez de alimentos no Brasil e no mundo torna os produtos alimentícios mais caros, devido ao aumento da demanda por alimentos e a diminuição da oferta de produtos. A aprovação do PL mitigaria o desequilíbrio na relação econômica entre oferta e procura de alimentos, já que mais de 3 milhões de hectares no Mato Grosso se tornariam produtivos.
- Haveria a geração de empregos diretos e indiretos com o aumento da produção de produtos agrícolas.



Impactos Econômicos

Estudos projetam as perdas econômicas, somente no Mato Grosso, em US\$ 2,7 bilhões anuais devido à redução da produtividade agrícola, pela redução de chuvas nas áreas produtivas devido ao desmatamento e ao aumento da emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pela elevação das temperaturas.

O ganho imediato do produtor rural com a expansão da área de cultivo não implica em ganhos econômicos permanente, ao contrário ele seria, no máximo, momentâneo. Porém, os danos ocasionados ultrapassariam o estado do Mato Grosso, já que o desmatamento alteraria o bioma que entraria em um processo de perda de umidade e, conseqüentemente na diminuição da geração de “rios voadores” que irrigam parte significativa da agricultura brasileira.

A aprovação do PL também trará prejuízos aos empreendimentos em operação no Mato Grosso, que perderão o acesso à redução do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e ao reinvestimento de parte do IRPJ no Banco da Amazônia (BASA) para posterior compra de instalações de máquinas e equipamentos.

Se aprovado o PL, o Mato Grosso perderia o acesso ao Fundo Amazônia (não reembolsável), que financia projetos que tem como objetivo o desenvolvimento sustentável. No ano de 2021 foram desembolsados R\$ 117 milhões e para os próximos anos estão previstos mais R\$ 366 milhões.

Para além disso, a aprovação do PL, impactaria de forma negativa as relações comerciais com União Europeia, Reino Unido, Japão e Estados Unidos, economias que estão implementando políticas de consumo de produtos que valorizam produtos livres de desmatamento e degradação florestal. Este tipo de movimento tem crescido em diversos países que optam por oportunizar mercados focados em economias baseadas no respeito ao meio ambiente.



Recomendações Raps

A aprovação do projeto significaria a quebra de diversos compromissos internacionais já assumidos pelo país para o combate às mudanças climáticas. Durante a Conferência do Clima da ONU na COP 26, o Brasil assumiu compromisso de reduzir o desmatamento e acelerar a restauração da vegetação nativa para alcançar a nova meta de reduzir em 50% as emissões dos gases de efeito estufa até 2030 e a neutralizar as emissões de carbono até 2050.

A Floresta Amazônica é considerada Patrimônio Nacional pela Constituição Federal (art. 225, § 4º). Seu uso indiscriminado com fins unicamente financeiros, além de ser inconstitucional, trará prejuízos, sociais, ambientais e econômicos, já em curto prazo que se estenderão a gerações presente e futuras. Se aprovado, o PL permitirá um desmatamento desenfreado que atingirá, em breve, um ponto de não retorno para o bioma da Amazônia, com impactos negativos para todo Planeta.

Recomenda-se ainda sua avaliação, no mérito, pela Comissão de Finanças e Tributação, devido aos impactos nos recursos, nacionais e internacionais, hoje disponíveis para a Amazônia Legal. Recomenda-se, ainda, a rejeição do PL 337/2022.



Referências consultadas

AMAZÔNIA Notícia e Informação. Disponível em: <https://amazonia.org.br/povos-indigenas-e-pequenos-agricultores-se-manifestam-contr-a-retirada-do-mato-grosso-amazonia-legal/>

AMBIENTE Legal. Disponível em: <https://www.ambientelegal.com.br/topicos/pl-337-2022/>

CÂMARA dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2137293

COMISSÃO Pastoral da Terra. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/noticias/ultima-noticias?start=180>

CONJUR. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-mai-06/andre-rodrigues-desafios-desenvolvimento-amazonia-legal>

CONSELHO Indigenista Missionário. Disponível em: <https://cimi.org.br/tag/pl-337-2022/>

CORREIO Braziliense. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/03/4994487-bancada-ruralista-quer-tirar-o-mato-grosso-da-area-da-amazonia-legal.html>

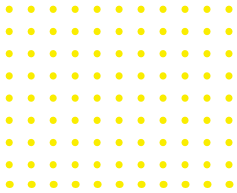
DIE ERDE Journal of the Geographical Society of Berlin. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/wp-content/uploads/2022/09/Estudo-PL.pdf>

EXAME. Disponível em: <https://exame.com/bussola/esg-codigo-florestal-faz-10-anos-a-passos-lentos-e-sob-ameacas/>

FEDERAÇÃO dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Paraíba (Fetag-PB). Disponível em: <https://www.fetagpb.org.br/2022/04/06/denuncia-o-pl-337-2022-diminuira-o-tamanho-da-floresta-amazonica-e-causara-impactos-negativos-para-toda-a-sociedade/>

FRENTE Parlamentar da Agropecuária. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/2022/04/13/cd-pl-337-2022/>

FRENTE Parlamentar da Agropecuária. Disponível em: <https://www.frenteambientalista.com/category/projetos-de-lei/>



FUNDO da Amazônia. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2021_port.pdf

GAZETA Digital. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/mais-de-5-mil-pessoas-assinam-manifesto-contrairtirada-de-mt-da-amaznia-legal/686491>

INSTITUTO Humanitas Unisino. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/616856-avanca-na-camara-projeto-que-pretende-retirar-mato-grosso-dos-limites-da-amazonia-legal>

INSTITUTO Piracema. Disponível em: <https://sbsa.com.br/wp-content/uploads/2022/06/DEZ-ANOS-DE-CODIGO-FLORESTAL-E-VARIOS-PROJETOS-DE-LEI-PARA-FLEXIBILIZA.pdf>

JORNAL Mato Grosso do Norte. Disponível em: <https://www.jornalmtnorte.com.br/opiniao/por-que-retirar-o-mato-grosso-da-amazonia-legal/19440>

LABORATÓRIO de Gestão de Serviços Ambientais - UFMG. Disponível em: https://csr.ufmg.br/csr/wp-content/uploads/2022/03/NT_estimativas_RL_MT_150322.pdf

MÍDIA Ninja. Disponível em: <https://midianinja.org/news/pl-preve-retirada-de-mato-grosso-da-amazonia-legal-para-aumentar-lucro-do-agronegocio/>

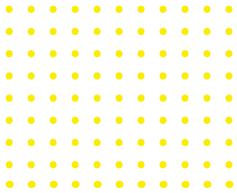
OBSERVATÓRIO do Código Florestal. Disponível em: <https://observatorioflorestal.org.br/nota-tecnica-pl337-22-proposta-de-retirada-do-mato-grosso-da-amazonia-legal-traz-prejuizos-ao-brasil-em-beneficio-de-poucos/>

OBSERVATÓRIO dos Direitos e Políticas Indigenistas. Disponível em: <http://obind.eco.br/2022/09/28/amazonia-real-mato-grosso-quem-governa-e-o-agro/>

OBSERVATÓRIO Socioambiental de Mato Grosso (Observa-MT). Disponível em: <https://observamt.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Nota-Tecnica-PL-Federal-337-2022-A4-ALT2.pdf>

OPERAÇÃO Amazônia Nativa. Disponível em: <https://amazonianativa.org.br/2022/05/23/pl-que-tira-mt-da-amazonia-legal-traz-prejuizos-socioambientais-e-economicos/>

RACISMO Ambiental. Disponível em: <https://racismoambiental.net>.



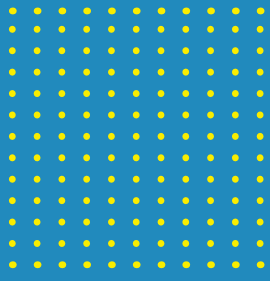
br/2022/03/15/mst-coleta-assinaturas-em-campanha-contra-exclusao-do-mato-grosso-da-amazonia-legal/

REVISTA Galileu. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2022/09/estudo-analisa-projeto-de-lei-que-pretende-tirar-mt-da-amazonia-legal.html>

SECRETARIA Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: <https://pt.org.br/blog-secretarias/diga-nao-a-retirada-do-mato-grosso-da-amazonia-legal/>

UNIÃO Nacional da Bioenergia. Disponível em: <https://www.udop.com.br/noticia/2022/03/21/aprosoja-mt-debate-pl-337-2022-que-retira-mato-grosso-da-amaz-ocirc-nia-legal.html>

UOL. Disponibilidade em: https://cultura.uol.com.br/cenarium/2022/09/16/202148_estudo-analisa-pl-que-pretende-excluir-mato-grosso-da-amazonia-legal.html



RAPS

www.raps.org.br

comunicacao@raps.org.br

 twitter.com/raps_brasil

 [instagram.com/raps_brasil](https://www.instagram.com/raps_brasil)

 [facebook.com/rapsbrasil](https://www.facebook.com/rapsbrasil)

 [linkedin.com/company/rapsbrasil](https://www.linkedin.com/company/rapsbrasil)

 [youtube.com/rapsbrasil](https://www.youtube.com/rapsbrasil)